

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 910.846 SÃO PAULO

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : ALEXANDRE VERAS DE MARCHI
ADV.(A/S) : ALESSANDRA APARECIDA DESTEFANI
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO

DECISÃO

*RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM
AGRAVO. INEXISTÊNCIA DE
IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS
FUNDAMENTOS DA DECISÃO
AGRAVADA. AGRAVO AO QUAL SE NEGA
SEGUIMENTO.*

Relatório

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, al. *a*, da Constituição da República contra julgado do Tribunal de Justiça de São Paulo, pelo qual manteve sentença condenando o Agravante à pena de 6 anos nos termos do art. 121, § 2º, inc. V c/c o art. 14, inc. II e 157, § 2º, inc. I, do Código Penal.

2. Inadmitiu-se o recurso extraordinário sob os fundamentos de ausência de prequestionamento da matéria constitucional, incidência da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, inexistência de ofensa constitucional direta e necessidade de reexame de provas (Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal).

3. O Agravante sustenta ter “*h[avido] inegável cerceamento de defesa, sendo garantido o seu direito constitucional da ampla defesa e do contraditório, para assim chegar-se a verdade real dos fatos*”.

ARE 910846 / SP

No recurso extraordinário, alega-se ter sido contrariado o art. 5º, inc. LV, da Constituição da República.

Examinados os elementos havidos no processo, **DECIDO**.

4. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade de formação de instrumento, sendo este o caso.

Analisam-se, portanto, os argumentos postos no agravo, de cuja decisão se terá, na sequência, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

5. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

6. O agravo não pode ter seguimento porque o Agravante não impugnou os fundamentos da decisão agravada quanto à ausência de prequestionamento e de incidência das Súmulas ns. 279 e 284 do Supremo Tribunal Federal, suficientes à manutenção do ato judicial questionado.

Este Supremo Tribunal Federal assentou ser incabível o agravo no qual não se infirmam todos os fundamentos da decisão agravada:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DEVER DE IMPUGNAR TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INOBSERVÂNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 287. AGRAVO IMPROVIDO. I - O agravo não atacou os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso extraordinário, o que o torna inviável, conforme a Súmula 287 do STF. Precedentes. II - Agravo regimental improvido” (ARE n. 654.292-AgR, Relator o Ministro Ricardo

ARE 910846 / SP

Lewandowski, Segunda Turma, DJe 25.10.2011).

“AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE NÃO ATACOU OS FUNDAMENTOS DO ARESTO IMPUGNADO, NEM PROCEDEU À INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL QUE TERIA SIDO VIOLADO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF. Agravo regimental desprovido” (AI n. 552.131-AgR, Relator o Ministro Ayres Britto, Primeira Turma, DJ 17.11.2006).

“1. RECURSO. Embargos de declaração. Deficiência na fundamentação do recurso. Súmula 284. Embargos rejeitados. Há fundamentação deficiente de recurso, quando não revele correlação entre as suas razões e os fundamentos da decisão recorrida. 2. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 538, § único, c.c. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios, deve o Tribunal condenar o embargante a pagar multa ao embargado” (RE n. 511.693-ED, Relator o Ministro Cezar Peluso, Segunda Turma, DJe 19.12.2008).

8. Pelo exposto, **nego seguimento a este agravo** (art. 38 da Lei n. 8.038/1990 e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 6 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora